



EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA O PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA E ÁREA DE ENTORNO

Amanda Bellettini Munari – abm@unesc.net

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Av. Universitária, 1105 - Bairro Universitário CEP: 88806-000 - Criciúma-SC

Gláucia Cardoso de Souza – glaudsouza@unesc.net

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Geraldo Milioli – gmi@unesc.net

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Resumo: *A sociedade e o meio ambiente, de modo geral, têm presenciado uma aceleração das modificações e da autodestruição dos ambientes naturais em função do modelo de crescimento econômico adotado. Como forma de minimizar essa perda da biodiversidade tem-se recorrido ao estabelecimento de UC's (Unidades de Conservação). Nesse contexto, o presente trabalho teve como enfoque, estudar as possibilidades e possíveis ações de educação ambiental realizadas no Parque Nacional Aparados da Serra e área de entorno no limite geográfico catarinense. Para tanto, procedeu-se com pesquisa bibliográfica e documental em agências, órgãos governamentais e em instituições de ensino. Também foram realizadas entrevistas junto aos moradores da unidade de análise. O Parque conta com a ocupação de terras pelos agricultores que ali firmaram residência antes do local se tornar legalmente uma área de preservação, bem como, iniciaram atividades para subsistência como agricultura e pecuária. Algumas dessas famílias após a regulamentação da Unidade de Conservação foram indenizadas e dali saíram e outras foram obrigadas a ir embora, pois não tinham autorização legal de exercer suas atividades. Os conflitos socioambientais entre as comunidades do entorno do parque e a unidade de conservação são evidentes, tendo em vista os diversos interesses referentes ao uso e ocupação do Parque. Admitindo a educação ambiental como uma ferramenta de transformação social, entende-se que o seu fomento na região poderia amenizar tais conflitos e contribuir posturas mais proativas entre os agentes envolvidos.*

Palavras-chave: *Unidades de Conservação, Educação ambiental, Aparados da Serra.*



ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PROTECTED AREAS: PERSPECTIVES FOR APARADOS NATIONAL PARK SERRA AND SURROUNDING AREA

Abstract: *The society and the environment in general, have witnessed an acceleration of changes and self-destruction of natural environments due to the adopted economic growth model. In order to minimize this loss of biodiversity has been appealed to the UC's establishment (Conservation Areas. In this context, the present study was to focus to study the possibilities and possible environmental education actions taken in Aparados da Serra National Park and surrounding area in Santa Catarina geographical boundary. Therefore, it proceeded with bibliographical and documentary research agencies, government agencies and educational institutions. Interviews were also conducted with residents of the analysis unit. The Park has a land occupation by farmers there entered into residence before the site becomes legally a conservation area as well, started activities as subsistence agriculture and livestock. Some of these families after the regulation Conservation Areas were compensated and left there and others were forced to leave because they had no legal authorization to exercise its activities. Environmental conflicts between the communities surrounding the park and conservation area are evident, given the different interests related to the use and occupation of the park. Admitting environmental education as a tool for social transformation, it is understood that its development in the region could mitigate these conflicts and contribute more proactive attitudes among the agents involved.*

Keywords: *Conservation areas, Environmental education, Aparados da Serra.*

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que, nos últimos dois séculos, o mundo presenciou uma aceleração das alterações e da autodestruição impostas aos ambientes naturais. Como forma de minimizar essa perda da biodiversidade, tem-se recorrido à criação de UC's (Unidades de Conservação). A implementação dessas áreas tem sido uma prática adotada em diversos países do mundo.

O primeiro diploma legal brasileiro a tratar de forma um pouco mais sistêmica os recursos florestais, referindo-se aos parques nacionais, florestais nacionais e áreas de preservação permanente foi o Código Florestal de 1934. Os parques nacionais foram definidos nesse dispositivo como florestas remanescentes de domínio público, onde era proibida qualquer atividade contra a fauna e flora (BRITO, 2003).

O ano de 1979 também é considerado um marco histórico no que diz respeito a essa temática, tendo em vista que foi elaborado um documento denominado "Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil" e, inclusive, a terminologia "Unidades de Conservação" deriva desse documento (IBDF/FBCN, 1979). Em relação especificamente aos parques, o Decreto n. 84.017, de 21 de setembro de 1979 trata da aprovação da regulamentação dos parques nacionais brasileiros (SOUZA FILHO, 1993).

As unidades de conservação são definidas pelo Ministério do Meio Ambiente como espaços territoriais que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (MEDEIROS, 2006).

Entretanto, diante dos constantes processos de degradação e descaso com os recursos naturais, criou-se em 2000, a Lei n. 9.985 instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Foram estabelecidos os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

Na Lei do SNUC, como é conhecida, as unidades de conservação são categorizadas em dois grandes grupos, de acordo com as restrições de uso e ocupação: o grupo de uso sustentável e de proteção integral. As unidades denominadas de uso sustentável compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. E as unidades classificadas como

REALIZAÇÃO

CORREALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES



de proteção integral preservam a natureza, sendo admitindo apenas o uso direto dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Obedecendo a essa classificação, os parques são classificados como unidades de proteção integral, cujo objetivo básico é a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Ainda segundo o SNUC (BRASIL, 2000):

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Os parques nacionais existem praticamente na legislação de todos os países e tem por finalidade preservar o ambiente contra os efeitos de degradação natural e eliminar a possibilidade de intervenção humana que promova alteração de seu aspecto, conteúdo ou desenvolvimento.

Os primeiros passos para a criação do Parque Nacional de Aparados da Serra foram dados em 1957, quando o governo do Estado do Rio Grande do Sul declarou de utilidade pública uma área de 13 mil ha no então município de São Francisco de Paula, atualmente Cambará do Sul, para criação de um “parque natural” (BRIGHTWELL, 2006).

De acordo com as informações disponíveis no plano de manejo do parque:

O objetivo descrito neste documento justificando o parque dizia: A proteção das belezas naturais da região gaúcha dos Aparados da Serra ameaçada principalmente devido ao acelerado processo de degradação da cobertura florestal, causado pela extração de araucária e outras madeiras nobres, assim como pelas atividades agrícolas e pecuárias (PALNO DE MANEJO, 1984, p. 83).

Ainda conforme o plano de manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra, salienta-se que sua criação por meio do Decreto Federal n. 47.446 se deu em 1959, com uma área de 13 mil ha, apenas em terras gaúchas, já que as paredes e o fundo do canyon Itaimbézinho ficam em terras catarinenses. Através do Decreto n. 70.296, de 17 de março de 1972, ficou determinada uma nova delimitação ao parque, reduzindo-a para 10.250 ha, entretanto, incluindo o município de Praia Grande e o canyon Itaimbézinho.

Desse modo, o parque passou a ser um espaço de constante visitação. Ainda no ano de 1966, segundo relatório do então administrador do parque, Antônio Lara, registrou-se mais de 10.000 visitantes ao local. E embora tenha sido regulamentada como uma área de proteção ambiental e, sobretudo, com vistas à preservação e conservação dos fragmentos remanescentes da Mata das Araucárias, os recursos naturais do parque foram e ainda são utilizados como fonte de trabalho e renda pela população estabelecida no seu entorno ou mesmo no seu interior, quando da criação.

Tendo em vista as diversas formas de degradação da natureza pelo homem e as consequências decorrentes em termos de redução de biodiversidade, de comprometimento da qualidade do ar, das águas e do solo, verifica-se a importância de fomento de uma visão mais sistêmica e holística, que consiga conectar o ser humano à natureza e ao universo (LEFF, 2008).

Nesse sentido, a educação ambiental tem um papel estratégico no processo de transição para uma sociedade mais sustentável, pois através dela, podem ser incorporados novos valores ambientais e paradigmas do conhecimento. A educação ambiental tenta articular subjetivamente o educando à produção de conhecimentos e vinculá-lo aos sentidos do saber. Consequentemente, fomenta-se um pensamento mais crítico, reflexivo e, sobretudo, propositivo face às condutas automatizadas, próprias do pragmatismo e do utilitarismo da sociedade atual (LEFF, 2008).

[...] a tendência da nova concepção de meio ambiente é que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem equidade social, econômica, política e meio ambiente, com vistas a conciliar as necessidades econômicas à disponibilidade limitada dos recursos naturais e sua proteção. Neste sentido, prevê-se que cada vez mais os novos paradigmas deverão compatibilizar os interesses econômicos e sociais com a proteção ambiental, transformando o meio ambiente em fator de desenvolvimento sem, contudo, causar danos ambientais (BRITO & CÂMARA, 2001, p. 30).



Segundo Leff (2008), na educação ambiental, os princípios da sustentabilidade, da complexidade e da interdisciplinaridade devem caminhar para um ponto comum, porém, os conteúdos são definidos conforme as estratégias que melhor respondam a interesses diferenciados. Ou seja, o discurso de desenvolvimento sustentável segue as diretrizes coerentes com os interesses de quem o faz, para cada rumo que a sociedade levar o processo de transição para a sustentabilidade, terá uma repercussão diferente na educação ambiental.

Desde cedo, cada ser é instigado a lutar por si mesmo e levar o individual acima do coletivo. No entanto, ações isoladas não passam de soluções temporárias, sendo preciso que haja uma relação de interdependência que só será alcançada quando ambos tiverem necessidades comuns (VIEIRA, 2005). A educação pode ser a forma para a inovação e reconstrução de valores nos indivíduos, ressaltando a superioridade das interações sobre as partes isoladas. Para isso, são necessárias novas orientações e conteúdos, num programa de educação ambiental abrangente e complexo, com práticas nas quais se construam relações entre produção de conhecimentos, interesses sociais e sentidos culturais por meio dos processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental (LEFF, 2008).

Os tempos são de se prever o futuro para tornar o desenvolvimento sustentável uma perspectiva importantíssima para melhorar o grau de comprometimento com a questão ambiental, objetivando alcançar resultados positivos para o meio ambiente. Promover a sensibilização da população frente aos desafios ambientais é o primeiro passo rumo à transição para o desenvolvimento sustentável (BRITO & CÂMARA, 2001).

É impossível considerar a conservação da biodiversidade apenas desafio científico de dimensões ecológica e econômica, com soluções puramente técnicas. As soluções para a degradação da biodiversidade não podem ser reduzidas à substituição de técnicas, porque o *status* da biodiversidade é uma produção social e sua manutenção ou degradação resulta de processos históricos (GUERRA & COELHO, 2009, p. 28).

As novas mudanças de paradigmas no contexto ambiental exigem gestão integrada e compartilhada para executar ações inerentes ao uso sustentável dos recursos naturais e realizar medidas administrativas previstas na legislação ambiental (BRITO & CÂMARA, 2001).

Estes mesmos autores afirmam que, no processo de elaboração das políticas de gestão integrada, é muito importante a participação de pessoas interessadas em melhorar seu próprio futuro e o da sua comunidade. A conscientização possibilita que os sujeitos saiam da alienação e mobilizem-se a lutar por objetivos em comum.

O sistema social em que vivemos é profundamente antiecológico. Por isso, há a exigência de uma ética que englobe novas relações para com o meio ambiente – ar, terra, água, animais, florestas, processos produtivos, entre outros (BOFF, 2002).

A necessidade de sensibilização das comunidades envolvidas em um processo de gestão para conservação dos recursos, como é o caso do Parque Nacional de Aparados da Serra, torna-se um fator indispensável, na medida em que, direta ou indiretamente, estas pessoas são usuárias do meio em que vivem e dele retiram seu sustento. Ressalta-se, nesse sentido, a importância da interação e do diálogo entre governo, técnicos e população.

O processo de inclusão da sociedade nos programas de gestão de recursos enfrenta limitações que devem ser cuidadosamente avaliadas, como a dificuldade em definir todos os agentes sociais interessados e envolvidos no processo, e motivá-los a participar de forma plena, principalmente, aqueles mais singulares. A continuidade de participação social também deve ser cuidadosamente analisada, pois, na maior parte dos processos, os agentes sociais têm sua atuação restrita à etapa de implementação, deixando o processo de formulação de políticas e estratégias nas mãos dos gestores públicos, o que ocasiona conflitos, e grande parte das comunidades acabam por além de não participar do processo e ficarem informados sobre o mesmo, acabam também por não terem conhecimento dos objetivos e o papel das Unidades de Conservação (GUERRA & CUNHA, 2003).



As exigências ambientalistas transcendem as aspirações por melhor nível de vida, requerendo a mobilização de uma série de processos sociais: a formação de uma consciência ecológica, o planejamento territorial sustentável da administração pública, a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais e a reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção como na aplicação do conhecimento (LEFF, 2008).

Nesse contexto, destaca-se a importância da educação ambiental para o uso prudente dos recursos naturais do parque e seu entorno. Embasado no relatório *Nosso Futuro Comum* (1988) e nas premissas do desenvolvimento sustentável, procura-se despertar uma preocupação individual e coletiva na busca por alternativas de melhoramento na gestão do parque, estimulando a formação de grupos para refletir as questões ambientais e sociais, procurando trabalhar não somente a mudança cultural, mas também a transformação social do ser humano (CARVALHO, 2006).

Caminhando ao encontro do conceito de educação ambiental e sua importância para o desenvolvimento sustentável e tendo em vista o contexto histórico, social e político-econômico que caracteriza o Parque Nacional de Aparados da Serra, a presente pesquisa estudou as possibilidades e possíveis ações de educação ambiental realizadas no Parque Nacional Aparados da Serra. Nesse ínterim, são lançadas algumas sugestões que potencialmente contribuirão para um melhor entendimento da realidade do parque e, por extensão, para sua conservação ou preservação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente procedeu-se com a realização de uma pesquisa bibliográfica em relação ao tema de estudo. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1999, p. 71), reside no fato de permitir ao investigador a “cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa aponta para um estudo de caso, de perspectiva exploratória e inserida no âmbito da abordagem qualitativa, que segundo alguns autores (ALLUM, GASKELL, BAUER, 2008, p. 23), lida com interpretações das realidades sociais.

Chizzotti (1991, p. 79) entende pesquisa qualitativa como:

[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo do conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

Após a pesquisa bibliográfica, foram sistematizadas visitas de campo ao local de estudo. A pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (2010), tem por objetivo conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Em relação ao método utilizado, cita-se o estudo de caso, que segundo Goldenberg (2009), caracteriza-se por reunir um maior número de informações detalhadas, com a finalidade de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto.

O levantamento de dados ocorreu predominantemente de forma direta, com o recolhimento de informações através da utilização de entrevistas. Vale destacar que a entrevista é uma técnica que o pesquisador se apresenta em frente ao público alvo e lhe faz questionamentos, com o objetivo de obtenção dos dados que lhe interessam para investigação, sendo também uma forma de interação com os indivíduos investigados (GIL, 1999; MARCONI & LAKATOS, 2010).

A entrevista, semi-estruturada, contou com três blocos de perguntas: dados gerais do entrevistado, dados do local de residência e questões problematizadoras sobre educação ambiental, desenvolvimento sustentável e turismo.

O trabalho de campo foi realizado ao longo de dois meses com o objetivo de conhecer o parque, seu entorno e contatar os moradores para verificar a viabilidade de realização das entrevistas. A pesquisa contou com 21 sujeitos de pesquisa. Salienta-se que, segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 68),



O relevo e os aspectos naturais característicos da região atendem a um encadeamento de atributos cênicos, histórico-culturais e de biodiversidade que, por sua vez, justificam claramente a sua conservação e o manejo sustentável de seus recursos naturais.

Na região, destaca-se a conjuntura regional, com formação geográfica bastante particular, caracterizada por paredões verticais de até 700 m de altura em transição abrupta com relevo suave ondulado do planalto, como se tivesse sido “aparado” a faca, o que justifica o nome dados ao parque (PLANO DE MANEJO, 1984).

4. DIAGNÓSTICO DE USO E OCUPAÇÃO DO PARQUE E ÁREA DE ENTORNO: LIMITES E DESAFIOS

A partir da aplicação dos questionários que estavam estruturados com perguntas abertas e fechadas, foi possível chegar ao entendimento sobre os conflitos existentes dentro do Parque e em sua área de entorno, após o processo de criação do mesmo.

No âmbito do parque, podem-se perceber alguns problemas relacionados às práticas de conservação adotadas. São percebidos impactos decorrentes da ocupação humana, do desmatamento e da caça no seu entorno. Notadamente, a deficiência na demarcação da área e o descumprimento da legislação associada são impeditivos bastante graves para que o parque cumpra a sua função enquanto uma unidade de conservação e de proteção de recursos naturais.

O parque conta com a ocupação de terras por famílias que ali firmaram residência antes mesmo do local se tornar legalmente uma área de preservação e que têm como forma de subsistência, a agricultura e a pecuária. Por consequência, tais atividades contribuíam para a degradação da qualidade ambiental dos recursos hídricos, do ar e do solo, tendo em vista o uso de agrotóxicos na lavoura; comprometendo também a qualidade de vida dos moradores residentes no local.

Do mesmo, a criação de animais leva à contaminação de rios e córregos, além da destruição da cobertura vegetal, erosão do solo e assoreamento dos rios. Algumas dessas famílias, após a regulamentação da unidade, foram indenizadas e se mudaram, enquanto outras foram obrigadas a desocupar o local, pois não tinham autorização legal de exercer suas atividades e ainda aguardam por indenização.

Muitos moradores que foram obrigados a se mudar afirmaram ter vontade de retornar a morar na área do parque, pois gostariam de continuar com a prática agrícola e suas atividades características da zona rural, tendo em vista que não conseguiram se adaptar na zona urbana e ainda aguardam pela indenização.

Em relação aos moradores que ainda se situam no interior do parque, há uma constante fiscalização com fins a inibir a caça e o desmatamento. Alguns deles mencionaram, entretanto, que tiram seu sustento da criação de gado. Foi citado por alguns entrevistados, em contrapartida, a ausência de fiscalização junto aos turistas que realizam atividades de caça no local, os quais ficam acampados, geram uma grande quantidade de resíduos e não destinam de forma adequada e, além disso, provocam barulho durante a noite com sons automotivos.

Outro ponto destacado pela comunidade de entorno é a falta de estrutura para atender ao turista. Muitos dos entrevistados disseram não frequentar o parque porque o mesmo não oferece condições básicas para seus visitantes, como, por exemplo, local para comprar comida e água. Relataram que este fator é responsável pela diminuição de visitas no parque, bem como a ausência de um posto médico ou uma pessoa especializada para atender os turistas em caso de acidente.

Outra questão referente à infraestrutura foi levantada por proprietários de pousadas e cafés do entorno, que tem como fonte de renda o turismo da região. Segundo eles, o acesso ao parque, que ainda tem parte de seu trecho de acesso por estrada de “chão batido”, ou seja, não pavimentada, dificulta a chegada de turistas.

Além disso, comentaram o fato de não haver, por parte dos órgãos públicos municipais, algum trabalho de capacitação e orientação para turistas, em conjunto com os munícipes. Também mencionaram o fato de não haver sinalização adequada no município mostrando o caminho para o parque e relataram que muitos turistas param para questionar sobre o trajeto.



Segundo alguns dos entrevistados, moradores do município de Praia Grande (SC), a visita ao parque pelos próprios munícipes é baixa. Muitos deles afirmaram não conhecê-lo e tampouco informar o trajeto para chegar até a unidade de conservação.

Ainda quando questionados sobre a possibilidade de participar de algum programa de educação ambiental, por meio do qual receberiam instruções acerca do parque e de possibilidades alternativas de renda, como o turismo ecológico, teve-se uma resposta positiva por parte dos mesmos, mostrando-se interessados pelas questões ambientais. Entretanto, tal resposta não foi positiva por parte dos moradores que ainda residem dentro da área do parque, em virtude dos problemas e conflitos territoriais já mencionados anteriormente.

Assim, pode-se afirmar que a proteção ao meio ambiente no local não foi realizado em comum acordo com a comunidade, de forma integrada e participativa, fato este que resultou em conflitos entre os moradores e o poder público, observando isto como um obstáculo para o fomento da educação ambiental.

A criação da unidade de conservação gerou conflitos socioambientais e disputa por território com comunidades que ali viviam por muitos anos. Por alguns processos ainda estarem em julgamento, existe uma duplicidade de opiniões sobre o parque. Por um lado, moradores que possuem pousadas e cafés sentem-se satisfeitos com a criação da unidade, assim como uma parcela dos moradores da zona urbana central do município de Praia Grande, pois consideram a vinda dos turistas um fato positivo ao comércio, mesmo considerando o fato de não estarem preparados adequadamente para recebê-los.

Por outro lado, existe a visão negativa daqueles que foram expulsos de seu local de moradia e tiveram de vir para a zona urbana e ainda não receberam sua indenização, bem como daqueles que residem na área interna do Parque, que se sentem ameaçados de serem retirados do local sem receberem indenização do governo.

Para a remediação destes conflitos e solução dos problemas entre os moradores que já deixaram o parque e os que ainda vivem no local, acredita-se que um programa de educação ambiental, mostrando o enfoque do parque e seu objetivo de proteção ao meio ambiente, seria de grande valia. Por meio desse programa, estes sujeitos receberiam informações de monitores treinados sobre formações geológicas, as Unidades de Conservação dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a própria criação do Parque e sua biodiversidade, além de temas associados aos aspectos regionais e culturais. Ainda, seria realizada uma atividade com os grupos, que seriam encaminhados às trilhas para contemplação das belezas naturais no do local.

Por fim, uma nova metodologia está sendo trabalhada com comunidades, o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que segundo Verdejo (2006), é um instrumento de metodologia participativa utilizada na compreensão de problemas locais.

Essa metodologia tem o propósito de valorização das comunidades locais que a longo tempo firmarão uma relação ecologicamente prudente de utilização dos recursos naturais e busca a consolidação de sistemas de gestão ao mesmo tempo integrada e compartilhada.

Compreende um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades realizem seu próprio diagnóstico autogerencia seu planejamento e desenvolvimento. Desta forma, poderão compartilhar experiências e analisar seus conhecimentos, com intuito de melhorar suas habilidades de planejamento e ação (VERDEJO, 2006).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos socioambientais entre as comunidades do entorno do parque e a unidade de conservação são evidentes, pois estes têm concepções e interesses distintos referentes ao uso e ocupação do parque e, principalmente, em relação à restrição da utilização da área.

Os moradores, por possuírem suas próprias formas de organização social, ocupam o território e utilizam seus recursos naturais para sua reprodução cultural, social e econômica, orientados por conhecimentos e práticas transmitidas oralmente entre gerações. Além de tudo, os moradores que ocupam a área tem sobre a mesma um sentimento de pertença, que se confronta com a incerteza se irão permanecer no local ou não, em razão dos processos que ainda tramitam na justiça.



Logo, identificaram-se no parque, problemas decorrentes de deficiências no processo de gestão. Tais agravos referem-se, particularmente, à falta de definição de papéis e de mecanismos de articulação entre os agentes sociais envolvidos no processo e, principalmente, de comunicação e compartilhamento de ideias e alternativas que possam ajudar coletivamente os moradores em situação irregular, primando pela preservação da unidade de conservação.

Deve-se dar uma atenção prioritária ao desenvolvimento de instrumentos de gestão que possibilitem promover, de forma coordenada, o uso, proteção, conservação e monitoramento da área do parque, bem como, de seus recursos através da participação integrada da comunidade.

Nesse sentido, a educação ambiental para o ecodesenvolvimento territorial é fundamental no planejamento e gestão compartilhada, onde através da participação da comunidade na gestão dos recursos contribui para a formação de um território sustentável para os moradores que dependem dos recursos naturais para sobrevivência, traduzindo possibilidades para o parque e seu entorno, obtendo-se, portanto, uma conexão entre a comunidade e os gestores públicos mais próximos da sustentabilidade.

5. REFERÊNCIAS

ALLUM, N. C., GASKELL, G., BAUER, M. W. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-36.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOFF, L. **Saber Cuidar: Ética do humano: compaixão pela terra**. 8 ed. São Paulo: Vozes: 2002.

BRASIL, Lei n 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 18 jul. 2000.

BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros. Diário Oficial, Brasília, DF, 21 set. 1979. BRASIL.

BRASIL. Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959. Cria o Parque Nacional de Aparados da Serra, no município de São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 set. 1959.

BRASIL. Decreto nº 70.296, de 17 de março de 1972. Altera os artigos 1º e 2º do Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959 e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 mar. 1972.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação – intenções e resultados**. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRITO, F.; CÂMARA, J. B. D. **Democratização e Gestão Ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRIGHTWELL, M.G.S.L. **Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o Município de Praia Grande/ SC: Dimensões Escalares e Conflitos**. Florianópolis, 15p., 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.



COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Antonio Carlos. O Delineamento da Pesquisa. In: GIL, Antonio Carlos (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 70-79.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Org.). Gestão da Biodiversidade e Áreas protegidas. In: _____. **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248 p.

KLEIN, A. S., SANTOS, R., CITADINI-ZANETTE, V. Vegetação Herbácea Terrícola do Parque Nacional de Aparados da Serra em Território Catarinense, Município de Praia Grande. (Criciúma, Santa Catarina, Herbário Pe. Dr. Raulino Reitz – CRI, UNESCO). LUME – UFRGS. 2001.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. RJ: DP&A, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (org.). **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 157-197.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade** – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA. Plano de manejo 1982/83. Brasília, 1984.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Espaços Ambientais Protegidos e Unidades de Conservação**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1993.

VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. Conexões Institucionais Transescalares. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 293-332.

VERDEJO, M. Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático. Brasília, 2006.